



3ª CONFERÊNCIA NACIONAL ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO

Afirmar o papel estratégico
do Ensino Superior e da Ciência

Comunicação de Joaquim Pagarete

(Professor associado aposentado da FCUL, investigador do Laboratório Associado Instituto Dom Luiz – IDL, e membro da Coordenadora dos Professores e Educadores Aposentados do SPGL)

Recusamos sofrer as consequências do pagamento de uma dívida que não é nossa

De todos os lados nos dizem que *“é preciso repartir os sacrifícios”*, que *“estamos todos (capitalistas e trabalhadores) no mesmo barco”*. De todos os lados nos fazem uma chantagem crescente sobre a *“inevitabilidade das medidas contidas no plano da «Troika»”* e a necessidade de elas serem aplicadas... senão seria o *“afundamento do nosso país”*, sendo preciso agir rapidamente para *“não nos acontecer uma situação como a da Grécia”*.

Trata-se de uma campanha orquestrada por quase todos os grandes órgãos da comunicação social (das televisões aos jornais). Aliás, trata-se de uma campanha feita a nível internacional para “demonstrar” a inevitabilidade das medidas que o sistema capitalista e os seus governos querem fazer os trabalhadores e os povos engolir.

E quais são as consequências práticas destas medidas, nomeadamente no sector do Ensino superior e da Investigação? Em particular, quais as consequências dos novos cortes previstos na Proposta governamental de Orçamento do Estado para 2012, se eles forem avante?

O Documento geral que o SN da FENPROF elaborou para esta Conferência faz um levantamento (ainda que não exaustivo) dos principais problemas existentes (tanto no Ensino público como no privado, nas suas diferentes componentes: as instituições, os docentes, os investigadores, os estudantes, os funcionários não docentes e os bolsiros).

Qualquer dessas componentes está a “rebentar pelas costuras”. De facto, qualquer que seja o ângulo por que se aborde a actual situação no Ensino superior e na Investigação científica, em Portugal, conclui-se que essa situação é insustentável.

Vou adiantar alguns dos últimos elementos que têm aparecido na Comunicação social.

Por exemplo, no que respeita à investigação, segundo o jornal *Público*, de 20 de Outubro: «A FCT (*Fundação para a Ciência e a Tecnologia*), que financia grande parte da investigação científica feita em Portugal, e está agora integrada no Ministério de Educação e Ciência (MEC), vê o seu orçamento reduzido pelo terceiro ano consecutivo. O orçamento para 2009, de 654,1 milhões de euros, foi o maior de sempre. No ano seguinte foi de 501,5 e em 2011 foi de 436,7 milhões de euros.

De 2009 para 2012, o financiamento diminuiu em 259,54 milhões de euros (a Proposta do Governo para 2012 é de 394,56 milhões de euros), ou seja, uma redução de 39,67%. É preciso ir até 2006 para encontrar um orçamento mais baixo, de 325,4 milhões de euros.»

Também segundo o jornal *Público*, de 18 de Outubro: «O vice-presidente do Instituto Superior Técnico, Arlindo Oliveira, alertou hoje para a "fuga de talentos" e redução nos serviços de limpeza, manutenção, obras e segurança na instituição, decorrentes dos cortes previstos no Orçamento do Estado para 2012. (...) Acrescentando: "A redução global do financiamento do IST será de 33%, comparativamente com 2009", fazendo com que "em termos globais, a instituição passe a ser financiada a níveis que já não se viam desde 2003, 2004".»

E em relação à Universidade de Coimbra foi organizada pela sua Associação Académica uma "greve de zelo", no passado dia 18 de Outubro, para denunciar uma situação em que há "estudantes que assistem a aulas de pé ou sentados no chão devido à falta de condições financeiras da instituição de ensino, seja para a contratação de mais docentes e conseqüente formação de mais turmas, ou para a expansão das faculdades ou unidades orgânicas onde decorre actividade lectiva". E esta situação é tão grave que é o próprio Reitor da Universidade de Coimbra a confessar que, com a redução orçamental proposta para 2012, esta Universidade "vai ficar de joelhos", dizendo não saber se ela "terá condições para assegurar o funcionamento do ano lectivo de 2012-2013"!

E a situação na Universidade Clássica de Lisboa também não é melhor. Basta ter em conta que a Fundação da FCUL se viu na necessidade de ameaçar cortar o pagamento das bolsas e contratos de trabalho associados aos projectos de investigação em curso, a partir de Novembro, por falta de verbas. Ou ainda que, por falta de docentes, na Faculdade de Direito de Lisboa muitos estudantes da Faculdade continuam sem aulas práticas, ou com sub-turmas onde estão integrados mais de 80 estudantes, tornando impossível a programada avaliação contínua de muitos deles.

Face a esta situação, as resistências começam já a despontar. Para além da "greve de zelo" dos estudantes universitários de Coimbra, também os estudantes da **Faculdade de Direito de Lisboa realizaram protestos na última semana de Outubro. E na minha Faculdade, perante** a intervenção dos directores dos Centros de investigação e a perspectiva de mobilização dos próprios bolseiros da FCUL, foram de imediato desbloqueadas verbas para o pagamento de bolsas e contratados até ao final de Dezembro. Mas em 2012, se o corte perspectivado no Orçamento do Estado for avante, que futuro está destinado aos jovens bolseiros, bem como a muitos professores?

É crucial que a nossa Conferência tome uma posição muito clara que desemboque numa acção unida para derrotar esta política.

Quando a situação no Ensino Superior já é tão deficitária, em termos orçamentais, se esta Proposta de Orçamento for adoptada pela Assembleia da República, como irá ela ficar?

Como irão os bolsiros de investigação obter a garantia do pagamento das suas bolsas?

De que modo poderão os investigadores ter a garantia da continuidade dos seus projectos de investigação?

Como poderão agir os docentes e os restantes funcionários – em conjunto com os restantes trabalhadores da Função Pública – para impedir que o Governo, a mando da “Troika”, lhes retire o subsídio de férias e de Natal no próximo ano... e nos seguintes?

Carvalho da Silva afirmou, na sua intervenção no final da manifestação da CGTP de 1 de Outubro, que todo o futuro colectivo do nosso país está comprometido com a aplicação do Programa da “Troika”, sendo por isso necessária uma resposta colectiva.

E, em seguida, a CGTP e a UGT convocaram uma greve geral para o próximo dia 24 de Novembro.

Sim, é a greve geral que está na ordem do dia, de acordo com o sentimento dos 200 mil trabalhadores que se manifestaram no dia 1 de Outubro, em Lisboa e no Porto ao apelo da CGTP, vontade também manifestada em frente à Assembleia da República pelas dezenas de milhares de cidadãos, de todas as gerações e quadrantes políticos, no passado dia 15 de Outubro.

O que está na ordem do dia é a organização, em cada local de trabalho, em cada escola, de assembleias de trabalhadores e de estudantes – realizadas ao apelo dos seus sindicatos e associações – para debater e organizar, de forma democrática, a greve e a manifestação na Assembleia da República, impondo a retirada de uma proposta de Orçamento do Estado que materializa, de forma ainda mais aguda, a essência arrasadora do Memorando da “Troika”.

Cada organização e cada um dos seus sindicalizados tem um papel a desempenhar para garantir o sucesso desta greve.

É neste contexto de preparação da greve geral que estamos reunidos nesta Conferência da FENPROF. Uma Conferência que visa *“aprovar orientações e propostas destinadas a nortear a acção e a configurar a organização da FENPROF no âmbito do Ensino Superior e da Investigação”*.

É evidente que – na situação concreta que estamos a viver – o que todos queremos é que esta Conferência adopte as orientações que ajudem à mobilização nacional necessária para derrotar a política do Governo e obter um financiamento capaz de garantir um bom funcionamento do Ensino Superior, das suas Universidades, Institutos Politécnicos e Centros de Investigação.

Para finalizar queria reforçar as seguintes ideias.

Todos temos, certamente, consciência da gravidade da actual situação e a vontade de contribuir para uma resposta positiva que segure tudo o que de positivo foi feito no nosso sector desde o 25 de Abril.

Sabemos, também, que o Ensino superior e a investigação científica são uma componente imprescindível da sociedade portuguesa, cada vez mais articulada e integrada na comunidade científica internacional, nomeadamente a europeia. Essa articulação e integração exigem a construção de um novo paradigma económico e social, no qual a investigação científica e o progresso tecnológico irão desempenhar um papel essencial.

As gerações de jovens portugueses qualificados e cada vez mais especializados em todas as áreas do conhecimento – como resultado do extraordinário impulso que a Revolução de Abril imprimiu à Escola Pública, e, em particular, ao sector do Ensino superior – necessitam, de forma inquestionável, desse novo paradigma de organização económica e social, sob pena de vermos desperdiçado o que de mais produtivo existe na sociedade portuguesa, ou de condenarmos os nossos jovens licenciados a terem que recorrer a uma nova diáspora.

Os professores e investigadores organizados na FENPROF participarão na construção desta resposta, que tem que desembocar necessariamente na construção de uma nova sociedade.

Ela coloca, cada vez mais, na ordem do dia o reforço da independência da FENPROF – e, mais geralmente, da CGTP – desiderato que exige a ruptura com os quadros de “consenso” e de “concertação” que o governo de Passos Coelho quer utilizar para poder aplicar os cortes orçamentais (nomeadamente no Ensino superior público e na Investigação científica que nele se apoia, desmantelando-os e visando privatizar as suas partes “rentáveis”) e a eliminação de direitos sociais fundamentais, sendo isto que levaria exactamente ao afundamento do nosso país.